

A Nosa Terra 668, 6 Abril
1995, pp. 21-22.

de Ouro, da que aparece umha entrevista no último número (664) de *A Nosa Terra*. Agradeço a este semanário e ao autor da entrevista (Horácio Vixande) o facto de ter preguntado pola “*diversidade de normativas*” (que mais que diversidade é conflito) porque a resposta que dá Rosa López é, ao meu ver, muito eloquente: “...a nosa obriga —diz, segundo lemos— era aceitar as normas oficiais, mália que non estabamos dacordo en moitos aspectos. Pero cremos que por patriotismo se deben seguir porque son as que hai. Se houbese outras, seguiríanse esas”. E pergunto eu: cabe maior conformismo, acrisia e submetimento? Ainda bem, senhora López, que colabora você numha revista que se diz de pensamento crítico (será a sua resposta umha mostra do pensamento crítico de *A Trabe de Ouro*?). Mas, para além da clareza cegadora das suas patrióticas ideias, permita que este aintipatriota reintegracionista a felicite polo bem que utiliza as palavras a fim de elas darem umha impressom distorsionada dos factos reais. Diz você que “a sua [da Redacçom da revista] obriga era aceitar as normas oficiais” embora nom concordasem com elas em “moitos aspectos”. Essa frasezinha sua dá para muito aclarar.

***A Trabe* nom só
aceita as
normas
falsamente
oficiais como
ainda as impõe**

Primeiramente, cumpre lembrar mais umha vez que nom há quaisquer *normas oficiais* do galego. Há umhas normas de ensino obrigado e às que devem ater-se os livros de texto e outro material didáctico, mas nom há nengumhas normas que devam ser usadas pola administrazom galega nem polos administrados na sua relaçom com esta. Nom som as normas do ILG-RAG umhas normas oficiais, embora seja certo que están a ser impostas como tais, ilegalmente (leia-se o Decreto

Conflito de normativas e pensamento crítico

Contesto com esta carta as palavras da senhora Rosa López Fernández, redactora de *A Trabe*

núm. 173/82 de 17 de Novembro). Isso primeiro.

E segundo: é verdade que a revista *A Trabe de Ouro* aceita as normas que você impropriamente denomina oficiais, mas não é essa toda a verdade. Tanto difere o que você diz da realidade como os significados das palavras *aceitar* e *impor*. Porque *A Trabe de Ouro* não só aceita as normas falsamente oficiais como ainda as impõe. Concretamente desde o número 5, no que ainda se lê na primeira das *Xeneralidades das Instruccións para os autores* (p. 147): "1.- As línguas da revista son a galega e a portuguesa. Para as colaboracións en galego recoméndase a utilización da actual normativa oficial". Onde se vê que, à parte de instituir alguma normativa das hoje existentes como oficial, esta, seja a que for (e penso, não sei muito bem por quê, que a referida é a do ILG-RAG) é ao tempo certamente aceiteada pois que chega a ser recomendada. Mas é neste mesmo número 5 da revista no que essa normativa passa a ser imposta, segundo lemos numa nota na mesma página: "O Consello de Redacción de *A Trabe de Ouro* acordou, em reunión do 19-1-1991, substituí-lo punto 1 de Xeneralidades nas Instruccións para os autores polo seguinte texto: 1. As línguas da revista son a galega (Normativa oficial) e a portuguesa".

Supomos que ao patriotismo obedecem os maiúsculos com que agora aparece grafada a que sem rigor é denominada Normativa Oficial. Além disso, estranha não ver alguma aclaração a respeito da normativa a usar no português, que decerto será uma língua menos patriótica que a "Normativa Oficial" do galego, porquanto tem, ao menos, dois padrões cultos de escrita: o de Portugal e o do Brasil. Ao menos, digo, porque poderia contar-se o da Galiza (normativa ou Normativa da AGAL) de conceber-se o galego como co-dialecto do sistema galego-português junto com o brasileiro e o propriamente português, e já seriam ao menos três os padrões.

Finalmente, insisto com uma última aclaração (já terá percebido, senhora López, que alguns reintegracionistas teimamos em

aclarar as cousas) e é que diz você que "se devem seguir [as normas que você chama oficiais] porque som as que hai". Pois digo-lhe eu, ou repito-lhe, melhor dizendo, que justamente normas oficiais som as únicas que não há. Mas temos-lhe umas bem espanholizadas, isolacionistas ou castrapistas (as do contubérnio ILG-RAG) e logo as dos *mínimos* reintegracionistas (ou *mínimos* isolacionistas?), as da AGAL e as do padrom português. Ainda bem que você diz, em virtude do seu *pensamento crítico*, que "se houvesse outras, seguiríam-se esas". Pois venha!, venha!, sigam-nas!♦

JOSÉ MANUEL OUTEIRO G.
(MADRID)